

## REQUERIMENTO

**Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almada,**

Considerando que a tempestade Kristin fustigou severamente a Costa da Caparica, provocando danos estruturais em habitações, estabelecimentos comerciais e infraestruturas públicas, numa escala que ultrapassa a capacidade de resposta individual dos municípios;

Considerando que a **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 15-B/2026**, de 30 de janeiro, estabelece no seu **Ponto 3** a possibilidade de identificar novos concelhos afetados por despacho, e no seu **Ponto 7** determina que o levantamento de danos seja feito pela CCDR territorialmente competente **em articulação com os municípios**;

Considerando que a Presidente da CCDR LVT, Eng.ª Teresa Almeida, confirmou publicamente que a plataforma de reporte de prejuízos (com apoios até 100% para reconstrução de habitação própria e permanente) está ativa, mas **restrita aos concelhos oficialmente abrangidos** pela situação de calamidade;

Considerando que, até à data, a Costa da Caparica parece estar excluída deste mapa de apoios diretos, impedindo os cidadãos de submeterem os seus prejuízos e acederem a indemnizações estatais;

**Ao abrigo do direito de informação e do dever de transparência, venho requer que a Câmara Municipal de Almada:**

1. **Apresente** cópia dos relatórios, ofícios ou comunicações enviadas pela CMA à CCDR LVT, onde conste o levantamento detalhado dos danos ocorridos na freguesia da Costa da Caparica, conforme exigido pelo Ponto 7 da Resolução de Conselho de Ministros.
2. **Informe se a CMA contactou formalmente a CCDR LVT** de forma a, segundo o Ponto 3 da RCM 15-B/2026, incluir Almada/Costa da Caparica como zona de impacto grave, permitindo o acesso aos fundos de emergência.

Solicita-se que a resposta seja prestada nos termos e prazos legalmente aplicáveis.

A Deputada Municipal

*Marta Cristina Belmonte Pereira*

---

Almada, 22 de abril de 2026